



O PRECARIADO MINEIRO NA REGIÃO CARBONÍFERA: A ilusão do Capital e os almejos da justiça social

THE MINING PRECARIAT IN COAL REGION: The Illusion of Capital and the Aspirations of Social Justice

Amanda Bosa Custódio¹

RESUMO

Trata-se de artigo resultante de pesquisa realizada a partir de dissertação de mestrado em desenvolvimento para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da UNESCO. O grupo de trabalho escolhido para apresentação foi Direitos fundamentais trabalhistas e trabalho digno na sociedade da informação. Neste será abordado a seguinte problemática de porque a conceituação de precariado se aplica aos trabalhadores mineiros do século XX da região carbonífera, quando esse período é tido como uma era de ouro? Para respondê-la se dividiu o presente artigo em dois momentos, capítulo 1 *A Era De Ouro Da Indústria Carbonífera: Um Relato De Exploração Da Terra E Do Corpo* e capítulo 2 *Pelo Direito A Ter Voz: A Luta Do Precariado Mineiro*, com as considerações finais correspondência à sua síntese. No primeiro a abordagem é de cunho histórico a contextualizar o mundo carbonífero; no segundo, a macrocategoria de classes e o papel do mineiro dentro desta. Assim, espera-se concluir o objetivo geral de analisar o papel de precariado dos trabalhadores mineiros na região carbonífera a partir de sua luta pela existência no século XX e os objetivos específicos (1) contextualizar historicamente a região carbonífera nos âmbitos sociais e econômicos; (2) explorar a estrutura de classes do sistema capitalista e relação do mineiro nesta; e (3) abordar o precariado no trabalho das minas. Com as hipóteses resultantes seguintes: A metodologia adotada para o desenvolvimento da pesquisa foi a qualitativa, de natureza teórico-documental, fundamentada na abordagem crítico-dialética.

Palavras-chave: Proletariado; Luta de classes; Mineração; Região carbonífera.

ABSTRACT

This article is the result of research conducted as part of a master's dissertation in progress within the Graduate Program in Social Development (PPGDS) at UNESCO.

¹ Graduada em Direito, inscrita na OAB/SC n. 52.154, pós-graduanda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) na modalidade mestrado, na linha de pesquisa de Trabalho e Organizações, sob orientação de Silvio Parodi Oliveira Camilo. E-mail: amandabcustodio@gmail.com.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

The chosen working group for presentation was Fundamental labor rights and decent work in the information society. The article addresses the following issue: why does the concept of the precariat apply to coal miners in the coal region during the 20th century, a period often referred to as a golden age? To answer this question, the article is divided into two parts: Chapter 1: The Golden Age of the Coal Industry – A Tale of Land and Body Exploitation and Chapter 2: The Right to Have a Voice – The Struggle of the Mining Precariat, followed by final considerations as a synthesis of the discussion. The first chapter takes a historical approach to contextualize the coal mining world; the second discusses class structures and the miner's role within them. The general objective is to analyze the role of coal miners as members of the precariat in the coal region, focusing on their struggle for existence in the 20th century. The specific objectives are: (1) to historically contextualize the coal region in its social and economic aspects; (2) to explore the class structure within the capitalist system and the miner's role in it; and (3) to address the concept of the precariat in mining labor. The resulting hypotheses stem from this approach. The research methodology adopted was qualitative, theoretical-documentary in nature, and based on a critical-dialectical approach.

Keywords: Proletariat; Class struggle; Mining; Coal region.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é fruto de uma dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da UNESCO, ainda em produção. Tal trabalho possui relevância social e local a partir da observação do desenvolvimento do proletário mineiro na região carbonífera no período da chamada de idade de ouro, compreendido entre as décadas de 30 e 80, que foi optado para utilizar de recorte temporal no objetivo geral proposto.

Assim, o problema abordado é porque a conceituação de precariado se aplica aos trabalhadores mineiros do século XX da região carbonífera, quando esse período é tido como uma era de ouro?

O objetivo geral é analisar o papel de precariado dos trabalhadores mineiros na região carbonífera a partir de sua luta pela existência no século XX enquanto os objetivos específicos são (1) contextualizar historicamente a região carbonífera nos âmbitos sociais e econômicos; (2) explorar a estrutura de classes do sistema capitalista e relação do mineiro nesta; e (3) abordar o precariado no trabalho das minas.

Para finalizar, quanto a metodologia adotada, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, de natureza teórico-documental, fundamentada na abordagem crítico-dialética, a qual permite compreender os fenômenos sociais em sua totalidade, historicidade e contradições.

Foram utilizados como materiais base e essenciais para a pesquisa principalmente os livros *Mundos do Trabalho em Santa Catarina* e *Memórias e Cultura do Carvão em Santa Catarina: Impactos Sociais e Ambientais*, para a história e desenvolvimento local, e o material técnico metodológico os *Cadernos do Cárcere*, de Antônio Gramsci. Também foi de bastante ajuda o *Dicionário do Pensamento Marxista*, de Tom Botmore.

O artigo possui tema que coaduna o grupo de estudos Direitos fundamentais trabalhistas e trabalho digno na sociedade da informação. Se espera que essas primeiras ponderações sejam discutidas no evento VII Seminário Internacional de



Direitos Humanos e Sociedade e permitam um debate fértil e de importante acréscimo em tema social tão pertinente a região sul de Santa Catarina.

2. A ERA DE OURO DA INDÚSTRIA CARBONÍFERA: UM RELATO DE EXPLORAÇÃO DA TERRA E DO CORPO.

O desenvolvimento industrial siderúrgico brasileiro se deu, principalmente, pela escassez de material industrializado disponível para importação ao Brasil decorrente da demanda da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), período nacional onde o país estava vivendo sobre as várias fases do Vargasismo. Durante esta época, foram promulgadas leis presidenciais para a criação de uma companhia que pudesse fornecer o produto necessário, prevendo a obrigatoriedade do uso de material nacional na cadeia de produção, o que culminou na necessidade de oferta endógena (Moraes e Filho, 2019).

Em consequência da criação da indústria siderúrgica, por meio da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), houve a inevitabilidade de implantação da exploração de carvão mineral para o abastecimento dos fornos daquele ramo. A região sul de Santa Catarina, era o único local com a existência de mineral em quantidade e qualidade capaz de suportar a queima dos fornos industriais, crescendo econômica e demograficamente, quando do início da sua exploração (Castilhos, 2019).

A demanda por mão-de-obra para as minas de carvão exigia uma quantidade expressiva de trabalhadores não qualificados e uma variedade de trabalhadores qualificados não existentes no estado, devido ao crescimento exponencial após a década de 30, gerado pela necessidade de produto interno e investimentos realizados por interessados no desenvolvimento das indústrias. Assim, as indústrias carboníferas tiveram dois empecilhos: seduzir uma massa de homens a se embrenharem na escuridão dos túneis em trabalhos manuais altamente perigosos e fatigantes e convocar pessoas instruídas a saírem de suas cidades grandes para laborarem em uma vila de outro estado com baixa infraestrutura.

A propaganda feita para a atração de novos mineiros associou o carvão ao 'ouro negro', propagando como uma fonte financeira que gerava fartura financeira e



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

alegria para grandes populações, enquanto o mineiro foi ascendido ao título de ‘herói do desenvolvimento’, que foi “uma estratégia eficiente para motivar jovens de camadas populares a sacrificar suas vidas em prol de um ilusório dever patriótico” (Carola e Felipe, 2019). O chamariz utilizado para atrair o trabalhador sem instrução, além do salário e benefícios extras, foi potencializar o orgulho do mineiro, ao alçar o seu labor ao patamar de campanha militar, inflando os valores da coragem e exaltação da masculinidade (Carola e Felipe, 2019).

Em um primeiro momento, os trabalhadores sem instrução eram de origem local, com a transfiguração do colono agricultor ou pescador artesanal em mineiro assalariado e, após, a migração dos imigrantes da costa litorânea para os locais de extração, podendo ser considerado, até certo ponto, um êxodo rural (Martins, 2005). O jovem trabalhador abandonava a terra até então lavrada pela família em busca de um salário fixo acima da média da população em geral, alguns direitos previdenciários, benefícios ocasionais, bônus de extração e sem preocupações com má safra ou época de defeso.

Em 1942, a CSN iniciou a construção de vilas operárias em Capivari e Siderópolis, para seus empregados viverem a custo módico. De começo as casas eram de madeira geminadas, sem energia elétrica, água encanada ou saneamento básico. Três anos depois, o desenvolvimento do local já contava com casas isoladas de alvenaria, alugadas a preços “simbólicos”. Houve a criação de estrutura urbana, com passeios, arborização, praças e paços de lazer. Foram abertas pela própria companhia armazém, padaria, refeitório, açougue e venda de lenha dentro do centro residencial dos operários (Moraes e Filho, 2011).

Além de criar um ambiente apto de moradia para os operários, mantinha-os próximos ao local de trabalho, sem necessidade de recorrer a outros centros urbanos. Lá mesmo os funcionários faziam financiamentos para compra de bens pessoais, como bicicletas, fogão à gás, aquisição e reforma das casas, num sistema de substituição de instituições financeiras (Moraes e Filho, 2011).

O contentamento era geral, já que promoções festivas eram frequentes e os salários dos mineiros eram considerados os mais elevados da região para o mesmo grau de especialidade requerida. Os filhos dos empregados também recebiam, até



completarem 6 anos de idade, leite para alimentação, e no natal presentes eram distribuídos a todas as crianças.

Em Capivari, além dos benefícios concedidos também aos mineiros de Siderópolis, os trabalhadores contavam com campo de futebol, cinema, um telefone conjunto disponível (considerando ser o início da época da telecomunicação), jardim de infância e escola para seus filhos, ambulatório médico e odontológico, remédios gratuitos e alimentos a preço de custo.

A substituição do governo pela Companhia na promoção de valores sociais, não existentes à época, é visível, em similaridade ao chamado 'pão e circo'. Inexistia interesse em mudança de vida já que o trabalho ofertava tudo o que consideravam essencial: dinheiro o suficiente para manutenção pessoal e da família, entretenimento casual e uma falsa percepção de crescimento. Além que a lógica paternalista da mineradora os deixavam presos ao local.

Pelos benefícios ofertados, existia uma grande quantidade de interessados em trabalhar nas minas de carvão, assim, pessoas que tinham a saúde fragilizada, culminando em diminuição da extração do mineral pela doença, ou beligerantes, eram facilmente substituídos, em uma alta rotatividade.

Não existia na época estrutura educacional suficiente nem região, nem no Estado, para a profissionalização da população local, em termos de universidades ou escolas técnicas². É de bom tom lembrar que o período que gira em torno da Segunda Guerra possuía taxa de analfabetismo na casa dos 60% (Gil, 2022) e a reforma legislativa educacional, com separação entre 'primeiro grau' e 'segundo grau' (ensino médio) só ocorreu em 1942, com a inclusão da obrigatoriedade de estudos para crianças de 7 a 12 anos (Brasil, 2025). De acordo com o Ministério da Educação:

O ensino de segundo grau, posterior ao primeiro, também chamado de ensino médio, era destinado a jovens de 12 anos de idade ou mais. Compreendia cinco ramos, sendo um deles com a finalidade de preparação para o ensino superior e os demais para formar força de trabalho para os principais setores de produção: o ensino industrial, o ensino comercial, o ensino agrícola e o ensino normal. Este último para formação de professores para o ensino primário.

² Vale ressaltar que Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que utiliza a versão atual de universidade com pesquisa, foi fundada apenas em dezembro de 1960, enquanto a Universidade de São Paulo (USP), a primeira deste molde, estava em funcionamento desde janeiro de 1934.



Enquanto os cargos mais simples disponíveis na mina eram supridos pela população pobre dos arredores, os cargos de maior destaque, que requeriam qualificação, como contadores ou engenheiros, eram preenchidos por trabalhadores de outros estados (Moraes e Filho, 2019). Até 1960, inexistia educação superior no estado de Santa Catarina, então entre a necessidade da época e a formação da primeira turma, era preciso que os profissionais qualificados tivessem que ser transferidos de estados como São Paulo e Rio de Janeiro, em geral das capitais, que já possuíam universidades e capacidade de desenvolver especialistas nas áreas escassas.

A diferença entre os contratados com e sem educação formal não se circunscrevia aos salários, mas também aos benefícios concedidos. As casas oferecidas aos empregados de cargo superior pela CSN para alojamento dos profissionais e suas famílias, eram bastante diferentes das recebidas pelos mineiros, com uma estrutura urbana superior à vila dos operários (Moraes e Filho, 2019), com vistas a despertar o interesse em mudar-se para trabalhar longe do seu local de origem. Não obstante, os cargos de ‘colarinho branco’ tinham mais *status*³ em relação aos mineiros, além de não terem tantos problemas de saúde quanto os trabalhadores braçais, por não estarem diretamente expostos aos agentes nocivos dos túneis, nem a acidentes laborais.

Vale ressaltar que a ideia de trazer pessoas de fora para esses serviços era financeiramente adequado até certo ponto, quando então a Companhia analisou a economicidade de lecionar os próprios filhos dos mineiros. Assim, em 1959 surgiu a SATC (Sociedade de Assistência aos Trabalhadores do Carvão), como entidade filantrópica com vias assistenciais aos operários do setor carbonífero, sendo inaugurado na década seguinte a Escola Industrial, integralmente “masculina e voltada exclusivamente para o ensino profissionalizante, que contava com um internato para facilitar a inclusão de alunos de outras cidades” (SATC, 2025).

³ Vide capítulo 2 em relação à questão da classe.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

O uso da Escola Profissionalizante⁴ no sistema de internato facilitava a criação de futuros empregados das próprias carboníferas, que não teriam dificuldade para contratação, vista que criariam seus funcionários desde tenra idade a trabalhar nas minas, com diminuição da rotatividade, visto já estarem ‘em casa’. A criação ideológica com a ‘visão, missão e valores’ das mineradoras já introjetado no ‘futuro contratado’⁵ facilitava a formação da massa proletária mineira.

Além do mais, esse empregado formado localmente resulta mais barato e fiel que um contratado forâneo, já que este percebia outros tipos de propostas de trabalho, visto a incapacidade da época de possuir oferta o suficiente para a demanda de profissionais qualificados, e necessitar cobrir propostas financeiras. O empregado formado pela empresa desde a infância, ainda que percebesse melhor proposta para evadir-se de seu local, possuía o costume criado desde pequeno para aquela região, tendo toda sua estrutura familiar próxima, desinteressando-se, assim, em mudar-se para outras regiões.

Os mineradores não recebiam apenas o valor fixo mensal, havendo a gratificação por quantidade de matéria retirada do solo, que chegava a triplicar os vencimentos. Gerando o desinteresse em cumprir com regras de segurança, inclusive para proteção pessoal, era geral (Carola e Felipe, 2019). Provando mais uma vez como em prol ao Capital os corpos são sacrificados e descartáveis.

Quando da lavra do carvão, a utilização de explosivos, em especial a dinamite, espalhava pelas galerias poeira proveniente do solo e do mineral, sendo aguardado apenas 12 minutos após o estouro para a reentrada dos mineiros nos túneis.

Ainda que houvesse a utilização de máscaras e equipamentos de proteção individual (EPI), quando existiam, não eram devidamente fiscalizados, bem como não eram obrigatórios. Quem optava por seu uso não tinha proteção de total eficiência, que se tornava parca e paliativa, havendo a inspiração de alta concentração de resíduos que, ao longo dos anos, tomavam forma de doenças respiratórias,

⁴ Modelo educacional típico do governo totalitário em que o país se encontrava, ao contrário do que seria uma instituição de ensino voltada ao pensamento crítico, de um modelo democrático.

⁵ Tanto no sentido do futuro empregado da empresa, quanto do futuro do próprio empregado.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

tipicamente sob forma de pneumoconiose, popularmente conhecida por “pulmão de pedra” (Carola e Felipe, 2019).

A mecanização do trabalho, ao contrário do que se imagina, não tornou a exploração mais segura ou salubre, já que a possibilidade de aumento de produtividade também gerou o aumento de turnos trabalhistas com sincronismo de funções. A maior intensidade de exploração gera a aceleração do ritmo de trabalho e, como consequência, a maior exposição do trabalhador ao agente poluidor (Martins, 2005). Ao invés de exigir direitos básicos, como saúde, em formato de EPIs, ou direito à vida, com medidas para diminuição de acidentes trabalhistas, quedava-se contente com o aumento salarial em decorrência do bônus de retirada de minérios do solo, aumentado pela facilitação da mecanização da mina. O que lembra um pensamento gramsciano “como é possível que uma sociedade seja sadia quando se trabalha para estar em condições de não mais trabalhar, dado que este ideal impossível e malsão, isto significa que todo organismo está viciado e doente?” (Gramsci, 2022, p. 413). Transcrevendo a pergunta no ideal mineiro o que adianta receber mais que outro proletariado de diferente área se não pode ser usufruído pelo próprio trabalhador?

Mesmo com os salários dos mineiros sendo superiores em comparação ao resto da população da época, incluindo os bônus de produtividade, estes serviam para amortecer a ausência de direitos trabalhistas. A ciência da facilidade de substituição do trabalho em caso de reivindicação ou doença, era uma certeza, já que a busca por trabalho nas minas tinha uma grande quantidade de interessados e cada vez com melhores formações, devido a criação de institutos de ensino nas proximidades.

Nos anos finais da ditadura militar brasileira, e no horizonte o retorno da democracia, no contexto social e político começou-se a se promover alguns questionamentos que culminariam na Constituição Cidadã de 1988, dentre estes o desenvolvimentos da participação intermunicipal da região e solidariedade entre os entes municipais, com melhoramento da população, oferta de trabalho, promoção tecnológica. No entanto, no caso da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC) em si, aparenta que essa associação foi criada tardiamente, pois está associada ao declínio da indústria siderúrgica e carbonífera, pela desestatização da CSN. A fundação da AMREC iniciou-se na união de



sete municípios da região, Criciúma, Içara, Lauro Müller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis e Urussanga (AMREC, 2025).

A Associação foi criada a partir da inclusão na Constituição do Estado de Santa Catarina do artigo 114, na qual prevê em seu parágrafo 3º os objetivos e finalidades, entre os quais:

Art. 114, § 3º, Constituição do Estado de Santa Catarina:

II – promover a cooperação intermunicipal e intergovernamental visando:

E) elaborar, propor e executar, estudos, planos e programas de desenvolvimento integrado e sustentável, compatíveis e adequados ao desenvolvimento de ações político-administrativas, econômicos e sociais, nos municípios associados e na microrregião;

G) disponibilizar assessoria técnica na área de engenharia de minas e geologia, visando o desenvolvimento de atividades de mineração como forma de suprimir as necessidades de matérias-primas para a realização de obras civis, como a construção de pontes, construções e manutenções de estradas entre outros, assim como promover melhorias nas condições de bem estar econômico e social e à segurança da população dos municípios.

Com isso, a era de ouro do carvão chega ao fim, um período de riqueza explosiva em que mineradoras em um curto espaço de tempo produziram valores incomensuráveis mas ao mesmo tempo com um gasto de capital humano igualmente incomensurável. Como já exposto, o intuito do capítulo não foi concluir o tema em si, mas apenas pontuar elementos que na dissertação serão ampliados e aprofundados.

3. PELO DIREITO A TER VOZ: A LUTA DO PRECARIADO MINEIRO

De um ponto de vista material dialético, a sociedade humana é dividida em classes. No ocidente com o capitalismo como sistema econômico/social dominante, esta estratificação fica mais clara nas categorias de classe dominante, classe média e classe operária.

Dentro das teorias da mencionada abordagem, há miríades de interpretações, sejam incluindo um elemento puramente econômico, seja o de *status* (prestígio), sejam outros elementos sociais de divisão. O importante, no entanto, para a presente pesquisa é compreender a essência da relação entre o explorado e o explorador.

A separação clássica de classes sociais, de Karl Marx, utiliza principalmente a dicotomia de burguesia e proletariado, no qual o primeiro é detentor da propriedade e



meios de produção, enquanto o segundo é composta por trabalhadores que vendem sua força laboral em troca de salário ao primeiro grupo.

Max Weber, posteriormente, atualizou com suas ideias as concepções de Marx e combinou a separação de classes com outra combinação de fatores, como econômicos, sociais (*status*) e políticos (poder).

A partir da década de 80, entrou em voga um novo conceito de classe social trabalhadora. Guy Standing, por meio de seus trabalhos, renovou o ideal pensado cem anos antes, criando o chamado “precariado”, resultado da junção das palavras “precário” com “proletariado”, o qual classificou como classe social caracterizada pela insegurança e instabilidade no trabalho, com pouca ou nenhuma proteção social e direitos trabalhistas, caracterizado por incertezas e inseguranças crônicas (Standing, 2013).

Em todas as concepções citadas há a existência da classe média, composta por um poder aquisitivo e padrão de vida intermediário, a ‘pequena burguesia’, acima da classe operária ou proletária. A classe média possui a pretensão de subir na hierarquia das classes sociais através da ascensão econômica e, assim, utiliza como meio o trabalho da classe proletária, que sente diretamente o impulso da classe média sobre suas costas, sem, contudo, conseguir crescer a ponto de se tornar classe dominante.

De mesma forma, o proletário tem interesse em tomar o lugar da classe média, do burguês, tentando por meio do seu esforço (meritocracia) a troca de classes, raramente com sucesso. Em geral, esse tipo de tentativa de ascensão toma forma de impulsos consumistas que não lhe acrescentam melhoria de vida, por exemplo, um iPhone. Na visão do proletariado a compra do objeto cria a visão de ascensão social, ainda que inexistente quando analisada no todo, já que não modifica a cultura inerente ao indivíduo nem acrescenta a essência do poderio econômico necessário. Esse ponto de vista foi criado para que o homem-massa se torne refém de um ciclo vicioso, onde trabalha para atingir um ideal que não lhe torna efetivamente mais por isso, além do seu próprio ponto de vista e de seus iguais, e o mantém em uma linha de pobreza que, nesse sentido, por escolha pessoal se mantém para conquistar os bens que lhe



causam o prazer momentâneo, de forma fetichista e ideológica (Konder, 2020; Gramsci, 2022).

É preferível 'pensar' sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, 'participar' de uma concepção do mundo 'imposta' mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos, desde sua entrada no mundo consciente (e que pode ser a própria aldeia ou província, pode se originar na paróquia e na 'atividade intelectual' do vigário ou do velho patriarca, cuja 'sabedoria' dita leis, na mulher que herdou a sabedoria das bruxas, ou no pequeno intelectual avinagrado pela própria estupidez e pela impotência para ação), ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, por tanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (GRAMSCI, 2022, p. 93)

De mesma maneira, o mineiro proletário sem instrução visualiza a ascensão social por meio da prole e a entrada desta em instituições educacionais, como a fornecida pela própria estrutura da empresa com vias a formação de técnicos (SATC, 2025) para o barateamento da mão-de-obra. É um crescimento ilusório que o mineiro previa, já que seu filho não cresceria na vida no contexto de classe. Ao invés de se tornar engenheiro ou contador, se tornaria no máximo assistentes destes, visto que escolas técnicas preparam no máximo para o trabalho, não para cargo de liderança e criação deste trabalho. Assim, não há diferença entre o mineiro de dentro da mina e o filho dele de dentro do escritório, mesmo que o filho alcançasse a almejada 'classe média', não passaria de uma classe média proletarizada (Bottomore, 2012), em um sistema de produção em massa, ao qual faria o serviço correspondente do engenheiro ou contador sem poder assinar como tal, e assim, recebendo parcela ínfima do serviço especializado que vende.

O resultado desses anseios se deve à introjeção de elementos ideológicos. Em linhas gerais, o homem-massa encontra-se algemado em algemas de ouro, as quais são confundidas por ele como acessório, que além de visíveis, as ostenta como marca de ideal de crescimento, acreditando ser livre, porém não passando de escravo do sistema. Qual seria a melhor forma de controle social, violência ou convencimento? (Konder, 2020).



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

Não diferentemente, a atração do mineiro para se embrenhar na escuridão da mina buscava inflar seu orgulho, a masculinidade, o nacionalismo de ser um herói do desenvolvimento econômico do país (Carola e Felipe, 2019). De qualquer modo, continuava na linha da pobreza, analfabeto, sem saúde física e à mercê de acidentes fatais.

Além do fator consumista, porque a classe explorada continua passivamente no seu papel de submissão? A introjeção da ideia de elevação de desenvolvimento/superação social (meritocracia) explica o fenômeno, o menos acomodado acredita que através de seu esforço consegue superar sua classe, no entanto, o que o presente trabalho demonstra é que essa superação de classe não se deve a um movimento individualista, mas em um movimento de consciência de classe.

Qual será, então, a verdadeira concepção do mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política? (GRAMSCI, 2022, p.96)

Na definição de consciência de classe, toda revolução do século XIX em diante, no caso as filhas do liberalismo, seja da revolução francesa ou as dos movimentos menos aburguesados, como a revolução russa, acabam sempre por redundar em uma figura personalista, ou seja, quando se pensa que há uma superação do estágio infantil do explorado, para um estágio de equiparação, equidade social, a história demonstra o regresso para uma nova situação de opressão em que apenas os personagens mudam, mas a trama continua a mesma.

Segundo Gramsci (2022), esse tipo de fracasso revolucionário se deve ao fato de que se o trabalhador representa os braços, e a *intelligentsia* a cabeça oriunda da burguesia, se não há a superação do senso comum na filosofia do cotidiano que fundamenta o proceder de massa dos primeiros, ou seja, se não há a verdadeira conscientização do papel de protagonista do trabalhador, para as mudanças sociais, pela aquisição de filosofias, como a filosofia da *práxis*, (pensamentos de críticas revolucionárias), a classe está fadada a continuar a ser receptáculo “de mentes



superiores” e como tal está fadada a ser manipulada por essas ditas “mentes superiores”.

O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa saber sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber), isto é, em acreditar que o intelectual possa ser um intelectual (não mero pedante), mesmo quando distinto e destacado do povo-nação, ou seja, sem sentir as paixões elementares do povo, compreendendo-as e, por tanto, explicando-as e justificando-as em determinadas situações históricas, bem como relacionando-as dialeticamente com as leis da história, com uma concepção do mundo superior, científica e coerentemente elaborada, com o ‘saber’; não se faz política-histórica sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais entre povo-nação.” (GRAMSCI, 2022, p. 223)

Perceba-se assim, na prática, o que ocorreu com os mineiros, que em relação a outros trabalhadores obviamente possuíam um estado financeiro superior, mas quanto ao âmbito social e de classe, o que os diferenciava? Continuava a haver um ente paternalista a controlá-los (mineradora) e possuíam uma qualidade de vida inferior, principalmente em termos de saúde, além de uma expectativa de vida que beirava os 40 anos de idade (Carola e Felipe, 2019).

Ainda que o rendimento médio fosse superior, encontravam-se no tradicional proletariado. Para Standing (2013, p. 11), os direitos trabalhistas foram feitos para esta classe em que os mineradores se encontravam. Para ele “Os Estados-Providência e os regimes dos chamados ‘direitos laborais’ foram feitos para eles, mas não para os que se situam mais abaixo na estrutura de classes.” No Estado-Providência, ou de Bem-estar Social ou *Welfare State*, o Estado assume um papel ativo na promoção do bem-estar social e na garantia de serviços básicos e proteção à população.

Na época de ouro da mineração carvoeira, inexistiam direitos sociais relevantes no Estado Brasileiro, sendo abarcados com efetividade apenas com a Constituição Cidadã de 1988 (Moraes e Filho, 2011). Dessa maneira, a própria empresa se incumbia da distribuição desses direitos de segunda dimensão para facilitação do controle da massa de operários, que se sentiam suficientemente satisfeitos no ambiente laboral para não causar revoluções e greves (Moraes e Filho, 2011), que eram incomuns, mesmo ante a existência de sindicato próprio apto a representá-los



(ainda que estes eram controlados pelo empregador). Os mineiros, tais como o precariado no geral, viam/veem o emprego como algo instrumental, não como capaz de determinar toda uma vida, faltando-lhe consciência de classe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o trabalhador mineiro se permitiu a consciência de estar sendo explorado e optou pela sua superação, surgiram cooperativas que independentemente do seu sucesso⁶ desempenharam uma importante função social e de compreensão de classe, ou seja, demonstraram que é possível romper os liames da dominação burguesa e permitiram romper as algemas ideológicas da lógica do lugar natural das classes. Em outras palavras, o trabalhador mineiro não precisou se aburguesar para se transformar em alguém dono/protagonista da sua própria vida, o que ele precisou foi se permitir criticamente a se colocar no papel de agente transformador de seu meio (Carola e Felipe, 2019).

Como abordado na introdução, este artigo representa as primeiras considerações acerca de uma pesquisa de fôlego maior. O que se espera conseguir é demonstrar que o papel das classes é imposto pelos interesses do Capital, e não necessariamente construções naturais da humanidade. Ou seja, não se trata de um tema religioso, de destino, trata-se de um tema de opressão e ideologia (Gramsci, 2022; Konder, 2020).

Assim, procurou-se responder o proposto no objetivo geral através da inclusão do mineiro no precariado de Standing (2013), ou seja, inserido em um contexto de desenvolvimento industrial e extrativo. A era de ouro carvoeira em verdade poderia chamar-se a era de ouro do capitalista do carvão, pois mesmo com os desenvolvimentos da região é difícil associar essa riqueza a uma equivalência direta do desenvolvimento social de seus trabalhadores.

Se por um lado é verídica a informação que receberam educação, estadia e salários superiores à média do proletariado, por outro esses 'privilégios'

⁶ Vide Cooperminas, que será melhor discorrido na dissertação.



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESC



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

representavam um interesse do Capital, que é melhor descrito no fato persuasivo de que o minerador com o corpo dolente já não mais apto ao serviço facilmente era substituído, ficando assim o questionamento: até que ponto esses privilégios desembocavam no próprio trabalhador?

Por outro lado, gerações posteriores, os filhos destes mineiros, passaram a ter mais oportunidades, mesmo que destinados aos interesses da mina. A própria situação social tanto do país, como de conscientização permitiu, em partes, que alguns desses filhos superassem o seu estado. No entanto, essa superação de estado é necessariamente uma superação de classe? Na lógica meritocrática do capitalismo, talvez seja, na lógica da diminuição da desigualdade, os limites da conquista se ofuscam, com os da continuação de uma nova opressão.

Logo, conclui-se que o tema em nenhum momento se esgota. Pelo contrário, abre novos horizontes de análise: desde o êxodo rural causado pela segunda guerra mundial da necessidade de material siderúrgico; o uso de carvão nacional pelas leis de desenvolvimento econômico da época Vargas; e as condições de trabalho destes ex-agricultores e pescadores, ao se tornarem assalariados, entrando na concepção idealista da classe proletária; até o desenvolvimento de uma inicial consciência de classe e suas consequências na dicotomia cada vez mais crítica de oprimido e opressor.

REFERÊNCIAS

AMREC. Associação dos Municípios da Região Carbonífera. Histórico. Criciúma, SC: AMREC, 2025. Disponível em <https://amrec.com.br/pagina-10024/>. Acesso em 17/08/2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). 1940-1949. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia/1940-1949>. Acesso em 17/08/2025.

BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do pensamento marxista. 5. ed. Rio de Janeiro:



PPGD
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO • UNESCO



fapesc
Fundação de Amparo à
Pesquisa e Inovação do
Estado de Santa Catarina

Zahar, 2013.

CAROLA, Carlos Renato (Org.). *Memórias e cultura do Carvão em Santa Catarina: impactos sociais e ambientais*. 1ª edição. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1; tradução Carlos Nelson Coutinho. – 14. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SATC. 1959-2019. Criciúma, SC: SATC, 2025. Disponível em <http://hotsite.satc.edu.br/satc60anos/>. Acesso em 17/08/2025.

ZANELATTO, João Henrique; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto (Org.). *Mundos do Trabalho em Santa Catarina*. 1ª edição. Criciúma/Itajaí: EDUNESC/UNIVALI editora, 2019.